



Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO:

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ESPAÇOS VERDES E ÁREAS NATURAIS

Data: Quarta-feira, 21 de Setembro de 2005

Local: CCDR - Norte, 15h

Presentes	
Joana Oliveira	Grupo de Estudos Ambientais - Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa (Equipa Técnica)
Pedro Macedo	
João Nuno Gusmão	Câmara Municipal da Maia
António Leite Ramalho	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Maria da Paz Dias	Câmara Municipal de Gondomar
Luísa Fareleiro	Câmara Municipal de Matosinhos
Eduardo Leite	Câmara Municipal de Valongo
Clara Poças	
Fernanda Orfão	Câmara Municipal de Vila do Conde
Luís Mamede	Câmara Municipal do Porto
Paulo Ventura Araújo	Campo Aberto
Rute Arouca Teixeira	CCDR - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - Norte
Célia Ramos	
Paulo Duque	DRAEDM - Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho
José Luís Gonçalves	
Manuel Marabuto	Forestis / Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto
Helena Barbosa	Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto
Teresa Andresen	Universidade do Porto – Faculdade de Ciências
José A. Rio Fernandes	Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Tema	Descrição
1 – Apresentação do diagnóstico	Pedro Macedo abriu a reunião com uma apresentação do Diagnóstico do Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais. Reforçou o objectivo da reunião, nomeadamente avaliar os resultados até agora obtidos e discutir possíveis acções a integrar no Plano Estratégico.

Tema	Descrição
2. Debate das acções prioritárias para a elaboração do diagnóstico	O debate iniciou-se com uma questão levantada por Nuno Gusmão relativamente aos aspectos sócio-económicos, nomeadamente no concelho da Maia, uma vez que neste concelho não existe floresta, o que existe são parcelas muito pouco significativas. Segundo os últimos dados a percentagem de pessoas que se dedicam à agricultura (sector primário) está constantemente

a diminuir, o que origina impactes no abandono dos espaços agrícolas. A fragmentação do território, principalmente do privado, é muito significativa, daí a necessidade de valorizar o território.

Manuel Marabuto referiu que a produção de madeira no Concelho da Maia é muito significativa. Acrescentou que o emparcelamento é uma necessidade, mas que não poderá ser feito compulsivamente. A criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) implica a anuência de 10% dos proprietários da área. Como irão reagir os restantes 90%? O processo deverá ser bem conduzido senão o número de incêndios poderá aumentar significativamente.

Rute Teixeira referiu que é importante apostar no associativismo, mas pretende saber como é que se poderia torná-lo mais expressivo.

Manuel Marabuto explicou que é importante que as associações se agrupem para ganharem força. As pessoas devem começar a tomar consciência dos seus actos.

Helena Barbosa admite que os proprietários são bastante individualistas, procurando apenas apoio técnico. É difícil englobarem-se como um todo, talvez devido aos “maus vizinhos”.

Foram referidos projectos de emparcelamento realizados em Ponte de Lima e Póvoa de Varzim (S. Pedro de Rates, envolvendo cerca de 60 proprietários).

Clara Poças afirmou que no ano passado, após ter ardido uma grande área da Serra de Pias, sítio Rede Natura, a Câmara Municipal de Valongo promoveu o agrupamento dos proprietários atingidos com o objectivo de rearborear a área ardida. Foi complicado mobilizar os proprietários e motivá-los a participar num processo naturalmente moroso - não há tradição de trabalho em conjunto - todavia o processo avança actualmente como primeira experiência na região envolvendo uma Autarquia. E este modelo parece ser o mais eficaz em termos de intervenção dos proprietários na preservação da floresta. Acrescentou ainda que há outro problema relacionado com o financiamento: quando se quer criar floresta de conservação, com espécies exclusivamente autóctones, não há financiamento público disponível.

José Rio Fernandes pensa que há um contraponto entre o que tem sido “paisagem” e o que é “competitivo”. Explica que o competitivo é o mais valorizado, mas do ponto de vista ambiental é o que tem menos interesse. É necessário dar um salto qualitativo: teríamos de deixar de valorizar o que é competitivo, até porque a nossa floresta é muito pobre. Deveríamos começar a pensar no valor num contexto metropolitano: a serra metropolitana, parque regional, ou seja, falta associar outras espécies (autóctones) que não o eucalipto e dar um salto qualitativo baseado no valor geológico, no valor hidrológico, no valor arqueológico, entre outros.

Pedro Macedo interveio dizendo que embora o associativismo seja complicado de implementar é urgente encontrar soluções. Refere que é necessário apostar na floresta autóctone, investindo em acções de reflorestação.

Clara Poças afirma que o facto das pessoas começarem a procurar financiamento “obriga” os políticos a aperceberem-se da necessidade de cuidar da floresta.

Pedro Macedo colocou a questão sobre que modelo territorial / urbanístico pode ser implementado para trazer de volta o valor económico à floresta. Porque é complicado quando se fala aos proprietários florestais em implementar este tipo de projectos já que não existe retorno.

Teresa Andresen quis saber quais são os recursos que a equipa do Futuro Sustentável dispõe para a realização deste projecto: quantas pessoas, quais as entidades responsáveis por dar continuidade...

Pedro Macedo respondeu que o objectivo deste projecto é a articulação regional. A Lipor contratou o Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica para executar o projecto até Março de 2006, no final teremos de entregar um Plano de Acção que possuirá acções chave para a região, com identificação das entidades responsáveis pela sua implementação.

Teresa Andresen concluiu que nos últimos 20 anos o modelo de espaço florestal falhou (“é preciso riscar a palavra floresta”), por isso não vale a pena continuarmos a querer reflorestar em locais onde existem casas por perto. Sugere a criação de áreas de recreio urbano de baixo custo, por exemplo, possibilitar visitas à Serra de Santa Justa sem custos de entrada. É necessário mobilizar as pessoas, bem como identificar áreas piloto, nas quais seja fácil trabalhar. Deveremos procurar encontrar pessoas interessadas em alugar terrenos e posteriormente recriar e reinventar, ou seja, fazer algo diferente e que cative, projectos demonstrativos.

Paulo Duque afirmou que as pessoas não têm interesse numa floresta toda igual, mas sentem atraídas por uma floresta com uma grande variedade de espécies. Por isso deveríamos aproveitar a sugestão da Teresa Andresen quando refere alugar um espaço e adaptá-lo de modo a que este traga algo inovador e diferente, no qual as pessoas possam usufruir, consequentemente existiria mais interesse por este tipo de projectos.

Manuel Marabuto realça que investir na floresta é um procedimento arriscado em termos económicos, assim sendo, há que definir claramente o que pretendemos da floresta.

Foi referida a importância de criar uma fileira para escoar os “resíduos” florestais.

Helena Barbosa explica que a floresta autóctone subsiste fundamentalmente em locais onde não existe gestão florestal, isto é, é nos locais abandonados onde existem mais carvalhos e castanheiros, etc.

Teresa Andresen salienta que as ZIF não necessitam de estar inseridas em áreas protegidas. Por exemplo, Valongo criou um espaço na Serra de Santa Justa e até ao momento tem gerido bem esse espaço: começou por fazer “as portas de entrada” para a Serra e começou a ocupar o espaço, nomeadamente com visitas.

Nuno Gusmão expôs uma dúvida relacionada como facto de estarmos a falar de propriedades privadas, de que forma é possível actuar e de que forma é possível incluir ou recompensar as pessoas afectadas.

José Luís Gonçalves esclareceu que é preciso apostar nos PDM, uma vez que estes funcionam como um instrumento de gestão. É determinante definir zonas piloto.

Rute Teixeira alertou para o facto de existirem questões que ultrapassam o âmbito deste projecto, como é o caso da RAN e da REN.

As acções devem ser articuladas com campanhas de sensibilização e educação, por exemplo, actuar junto das escolas através de programas como o Eco-Escolas, pois só se defende aquilo que se conhece.

Acrescenta que a reflorestação não pode ser realizada apenas com objectivos de produção, mas sim no sentido de valorização da floresta. Salienta que a grande virtude deste projecto é que houve um compromisso político em relação ao Plano de Acção que resultará em Março de 2006.

Pedro Macedo termina por dizer que o que se pretende é o compromisso das várias autarquias e entidades, nomeadamente da CCDR, na concretização das acções que forem identificadas como prioritárias.